



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Pelo presente instrumento, o(a) Sr(a): **ELISETE APOLONIA SOUZA DA HORA**, nacionalidade(a): brasileira, estado civil: casada; profissão: desconhecida, portador da cédula de identidade RG nº 25.884.643-4, inscrito no CPF sob o nº 183.681.248-59, residente e domiciliada à Rua Casemiro de Abreu, 286, CEP: 09061-030, Vila Aquilino - Santo André/SP. e **JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA**, nacionalidade(a): brasileiro, estado civil: casado; profissão: Acabador, portador da cédula de identidade RG 66.173.156-X, inscrito no CPF sob o nº 013.169.374-37, residente e domiciliado à Rua Odovaldo Viana Filho, 89, CEP: 09060-875, Sacadura Cabral - Santo André/SP constitui seu procurador **Eloisio Jordão da Silva**, brasileiro, devidamente inscrito na OAB/SP sob o nº. 478.263, e-mail: eloisiosilva@adv.oabsp.org.br, com escritório na Rua. Guarapari, nº 18 – Vila Guiomar – Santo André/SP, para o fim de representar e defender o(s) outorgante(s), perante a **JUSTIÇA EM GERAL** em qualquer de suas instâncias, com os poderes da cláusula “**ad judicium et extra**”, para em qualquer juízo, instância ou tribunal, repartições públicas, autarquias Federais, Estaduais e Municipais, empresa privada, empresas públicas, empresa de economia mista, propor contra quem de direito as ações competentes e defender-me nas contrárias, usando recursos cabíveis, acompanhando-as, arrazoando e contrarrazoando os contrários, até decisão final, concedendo ainda poderes especiais para, requerer a gratuidade da justiça os demais especiais do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo ditos procuradores, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, como assinar, desistir, transigir, fazer acordos ou conciliação, receber quantias em conjunto ou separadamente, pagas ou depositadas a seu favor, dar quitação, plena, irrevogável e substabelecer este a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, adjudicar bens, dando tudo por bom, firme e valioso o presente instrumento.

Santo André, 07 de abril de 2025.

ELISETE APOLONIA SOUZA DA HORA

JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ELISETE APOLONIA SOUZA DA HORA**, nacionalidade(a): brasileira, estado civil: casada; profissão; desconhecida, portador da cédula de identidade RG nº 25.884.643-4, inscrito no CPF sob o nº 183.681.248-59, residente e domiciliada à Rua Casemiro de Abreu, 286, CEP: 09061-030, Vila Aquilino - Santo André/SP., e eu, **JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA**, nacionalidade(a): brasileiro, estado civil: casado; profissão; Acabador, portador da cédula de identidade RG nº 66.173.156-X, inscrito no CPF sob o nº 013.169.374-37, residente e domiciliada à Rua Odovaldo Viana Filho, 89, CEP: 09060-875, Sacadura Cabral - Santo André/SP declaro que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Santo André, 07 de abril de 2025.

ELISETE APOLONIA SOUZA DA HORA

JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

CONTRATANTE (S):

Nome: ELISETE APOLONIA SOUZA DA HORA, nacionalidade(a): brasileira, estado civil: casada; profissão; desconhecida, portador da cédula de identidade RG nº 25.884.643-4, inscrito no CPF sob o nº 183.681.248-59, residente e domiciliada à Rua Casemiro de Abreu, 286, CEP: 09061-030, Vila Aquilino - Santo André/SP., e **JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA**, nacionalidade(a): brasileiro, estado civil: casado; profissão; Acabador, portador da cédula de identidade RG nº 66.173.156-X, inscrito no CPF sob o nº 013.169.374-37, ambos residentes e domiciliados na Rua Odovaldo Viana Filho, 89, CEP: 09060-875, Sacadura Cabral - Santo André/SP.

CONTRATADO (S):

ELOISIO JORDÃO DA SILVA, brasileiro, divorciado, advogado, com endereço eletrônico: eloisiosilva@adv.oabsp.org.br, com escritório situado à Rua Guarapari, nº 18 – Vila Guiomar – Santo André/SP, CEP: 09071-410.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

I – DO OBJETO

Cláusula 1ª – O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços jurídicos para **ACÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL**.

II – DO PRAZO

Cláusula 2ª – O contratante contrata o contratado para atuar em primeira instância / até o julgamento final da causa, em última instância, com seu trânsito em julgado).

III – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 3ª – O (a) contratante se obriga a fornecer ao (s) contratado (s) todos os documentos e informações necessárias para a atuação do (s) contratado (s), pertinentes ao objeto deste contrato, quando solicitados pelo (s) contratado (s), tanto em juízo ou fora dele.

Parágrafo único – O (s) contratado(s) não se responsabiliza(m) por informações omissas ou controversas, advindas do (a) contratante.

Cláusula 4ª – O contratado obriga-se a prestar os seus serviços dispensando todo o zelo e diligência na realização do objeto contratado.

Cláusula 5ª – O(s) contratado(s) se obriga(m) a informar ao(a) contratante, o número do processo, a Vara e Foro onde tramitam as causas patrocinadas, bem como sobre o andamento das mesmas.

Cláusula 6ª – O (a) contratante poderá fazer vista dos autos em Juízo sempre que achar conveniente.

Cláusula 7ª – O (a) contratante poderá obter consulta processual referente ao objeto do presente contrato e/ou da ação judicial ajuizada em virtude deste instrumento contratual, por telefone, e-mail ou pessoalmente, neste último caso, desde que marque horário e dia para a referida consulta.

Cláusula 8ª – A desistência da ação por parte do (a) contratante não o exonerará do pagamento dos honorários e/ou do preço ajustado neste contrato para a prestação de serviços na Cláusula 12ª.

Cláusula 9ª – O (s) contratado(s) poderá (ão) substabelecer o processo ajuizado em virtude deste instrumento contratual a outros profissionais advogados, com ou sem reservas de poderes, independente da anuência do (a) contratante.

Cláusula 10ª – O (s) contratado (s) não se responsabiliza(m) pelo não andamento processual, desde que este ocorra por culpa do (a) contratante ou em virtude de conduta do Poder Judiciário.

Cláusula 11ª – Caso haja morte ou incapacidade civil do (a) contratante, seus sucessores ou representante legal receberão os valores oriundos de êxito do processo judicial ajuizado, excluindo-se o valor dos honorários do (s) advogado (s) ora contratado (s), que ainda deverão pagar, por força deste contrato.

IV – DOS HONORÁRIOS

Cláusula 12ª – Ficam as partes ajustadas que será pago o valor de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), parcelado em 05 (cinco) vezes de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento inicial em **25/05/2025**. Via Boleto.

Cláusula 13ª – Caso haja morte ou incapacidade civil do (s) contratado (s), seus sucessores ou representante legal receberão os honorários na proporção do trabalho realizado.

V – DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Cláusula 14ª – Todas as despesas efetuadas pelo (s) contratado (s) relacionadas ao processo, tais como pagamento de xerox, tributos, emolumentos, guias judiciais, viagens, contratação de correspondentes, ou quaisquer outros encargos ou custas do processo correrão única e exclusivamente por conta do (a) contratante.

Cláusula 15ª – Nas causas que correrem em comarcas do interior ou fora do Estado, além dos honorários pactuados no preâmbulo deste instrumento, o (a) contratante arcará com despesas de alimentação, transporte, hospedagem, bem como, quaisquer outras que se fizerem necessárias.

VI – INADIMPLEMENTO

Cláusula 16ª – A falta do pagamento de quaisquer das parcelas indicadas nas cláusulas 12ª, incidirá a cobrança de multa moratória de 10% (dez por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou pelo índice IGPM/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

Cláusula 17ª – A falta do pagamento de quaisquer das parcelas indicadas nas cláusulas 12ª, consistirá em motivo que poderá ensejar a renúncia do (s) feito (s), por parte do (s) contratado (s), caso o atraso persista por mais de 30 (trinta) dias, independente de prévia notificação.

Cláusula 18ª – Facultará aos advogados contratado(s) o direito de realizar a cobrança judicial ou extrajudicial dos honorários, por todos os meios admitidos em direito. No caso de cobrança judicial, o valor inadimplido será corrigido monetariamente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou pelo índice IGPM/FGV, com acréscimo de multa moratória de 10% (dez por cento) e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo devidos, ainda, os honorários sucumbenciais referentes ao processo realizado para a cobrança.

VII – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula 19ª – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente por qualquer das partes, ou por mútuo acordo, fazendo-se sempre por bom e valioso durante sua vigência.

Cláusula 20ª – O (s) contratado(s) pode(m) rescindir o presente contrato, renunciando ao mandato judicial a ele (s) conferido, a qualquer tempo, com ou sem justa causa. Neste caso, o (s) contratante (s) se obriga (m) a notificar o (a) contratado, por qualquer meio escrito e/ou por petição protocolizada no (s) processo (s).

Cláusula 21ª – O (a) contratante poderá, em qualquer tempo, rescindir o presente contrato, retirando os poderes outorgados ao(s) contratado(s), bastando, para tanto, comunicá-lo (s) de forma escrita.

Cláusula 22ª – Ocorrendo a renúncia por parte do (a) contratante, não lhe será devolvida qualquer quantia paga, tanto a título de honorários como dos encargos processuais ou outras despesas, mencionados nas cláusulas 12ª, 13ª e 14ª deste instrumento contratual.

Cláusula 23ª – Caso os honorários já tenham sido totalmente quitados, o (s) contratado (s) não devolverá (ão) qualquer quantia ao (a) contratante, independente de quem renuncie.

Cláusula 24ª – Em caso de rescisão contratual, ficarão a salvo os honorários proporcionais na condição imposta no § 3º do artigo 22 da Lei Federal 8.906/99, conforme estabelece o § 4º do referido dispositivo, mediante petição direcionada ao Juízo e a juntada do presente contrato no processo.

Cláusula 25ª – No caso de proceder a destituição após ser proferida a sentença de primeiro grau, havendo êxito total ou parcial, os honorários contratados serão cobrados na sua integralidade.

VIII – DO FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula 26ª – Fica eleito o foro da Comarca de Santo André/SP, para dirimir quaisquer questões atinentes a este instrumento contratual.

O (a) contratante declara que, antes de assinar, examinou e leu o presente instrumento, reconhecendo-o em tudo correto.

E por estarem justos e contratados, rubricam e assinam o presente em 2 (duas) vias.

Santo André, 07 de abril de 2025.

Elisete Apolonia Souza Da Hora

JOSÉ VANDEILSON SOUSA LIMA

Testemunha:

Testemunha: